







SISPATRI SISTEMA DE REGISTRO DE BENS DOS AGENTES PÚBLICOS



O sistema proporcionará o cumprimento das obrigações legais, e permitirá o acompanhamento da evolução patrimonial dos agentes públicos, possibilitando que sejam realizadas ações preventivas e corretivas de posturas nocivas ao interesse público.





Art. 13. A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.





§ 2º A declaração de bens a que se refere o caput deste artigo será atualizada anualmente e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, do cargo, do emprego ou da função.





§ 3º Será apenado com a pena de demissão, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar a declaração dos bens a que se refere o caput deste artigo dentro do prazo determinado ou que prestar declaração falsa.





Art. 9° Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente:





VII - adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, de cargo, de emprego ou de função pública, e em razão deles, bens de qualquer natureza, decorrentes dos atos descritos no caput deste artigo, cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público, assegurada a demonstração pelo agente da licitude da origem dessa evolução;





IN 01/2021 CGE

Art. 1º. A posse e o exercício de agentes públicos Estaduais para o desempenho de mandatos, cargos, funções ou empregos nos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Ceará ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.





IN 01/2021 CGE

Art. 4°. **Será apenado com a pena de demissão**, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar a declaração dos bens a que se refere o art. 1° desta instrução normativa dentro do prazo determinado ou que prestar declaração falsa nos termos do § 3° do art. 13 da Lei 8.429 de 02 de junho de 1992.





IN 01/2021 CGE

Art. 5°. **Será instaurado processo administrativo disciplinar** contra o agente público que se recusar a apresentar declaração dos bens e valores na data própria, ou que a prestar falsa, ficando sujeito à penalidade prevista no § 3° do art. 13 da Lei n°. 8.429, de 1992, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.





Necessidade de obediência às regras da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), alterada pela Lei Federal nº 13.853/19, em virtude de proporcionar **segurança e sigilo** às informações pessoais apresentadas à Administração Pública





OBJETIVOS

Viabilizar, de forma segura e objetiva, o atendimento da obrigação legal de entrega das declarações de bens, por parte dos agentes públicos estaduais, bem como facilitará o controle das declarações apresentadas à Adm. Pública, por parte dos órgãos e entidades setoriais.





OBJETIVOS

Permitir o acompanhamento da evolução patrimonial dos agentes públicos, possibilitando que sejam realizadas ações preventivas e corretivas de posturas nocivas ao interesse público.





OPERACIONALIZAÇÃO

O sistema possui dois (02) módulos distintos, o **Módulo Internet**, a ser utilizado pelos agentes públicos para a inclusão das declarações de bens, e o **Módulo Intranet**, que será utilizado pela área gestora de negócio (COSCO/CGE) e pelos demais órgãos/entidades setoriais, por meio de seus Agentes de RH



SISPATRI - Módulos





Módulo Declarações de Bens (Internet)





SISPATRI SISTEMA DE REGISTRO DE BENS DOS AGENTES PÚBLICOS



A Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE), tem como missão coordenar e exercer atividades de Transparência, Ouvidoria, Correição, Auditoria Governamental, Ética e Controladoria no Poder Executivo, contribuindo para a melhoria da gestão pública e do controle social, em benefício da sociedade.

Além de permitir o cumprimento, por parte dos agentes públicos do Poder Executivo estadual, da obrigatoriedade prevista na Lei 8.429/1992, que se refere à apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaría Especial da Receita Federal do Brasil, como condição para a posse e o exercício de agente público, o Sistema é de fundamental importância para o acompanhamento de suas evoluções patrimoniais, atribuição essa de responsabilidade da CGE-CE, conforme o Instrução Normativa nº 01/2021.



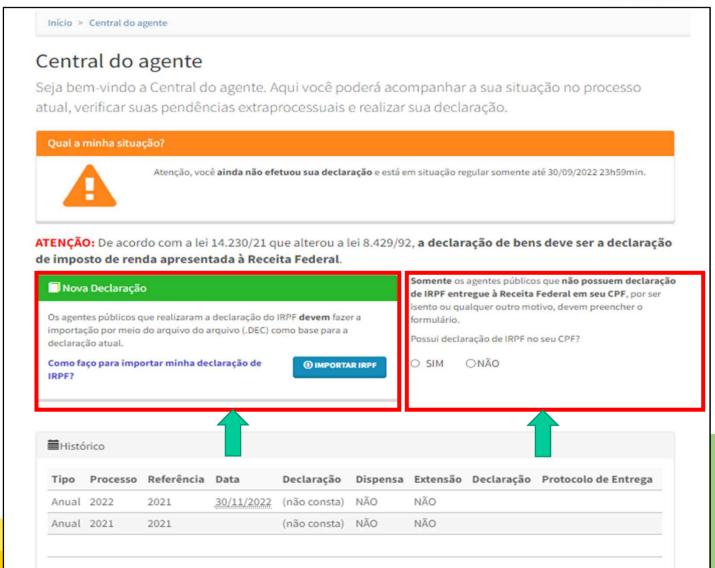




Pelo Módulo Internet, o sistema permite aos agentes públicos duas formas de apresentar a Declaração de Bens: uma com preenchimento manual, para aqueles que não entregaram DIRPF à RFB, e outra por meio da importação do arquivo correspondente à DIRPF apresentada à RFB

Visão Geral da Central do Agente





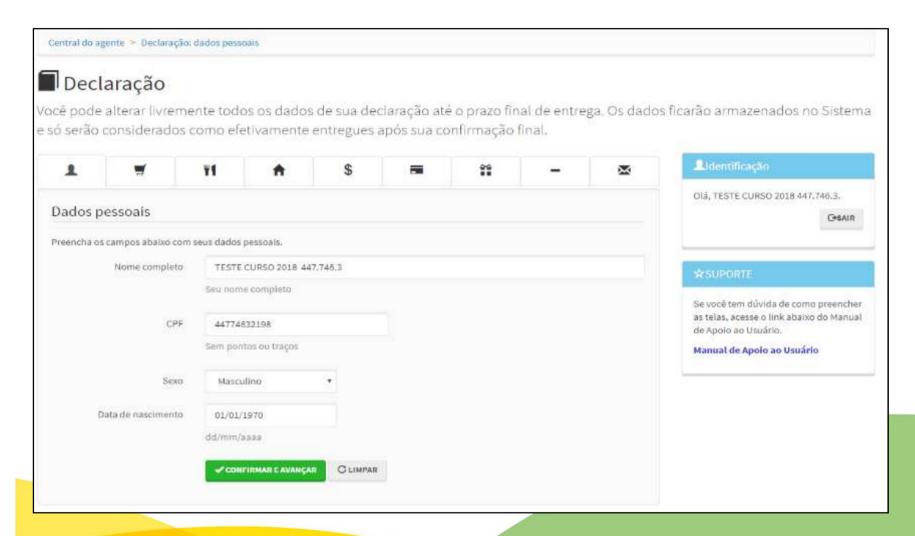


Declaração de Bens



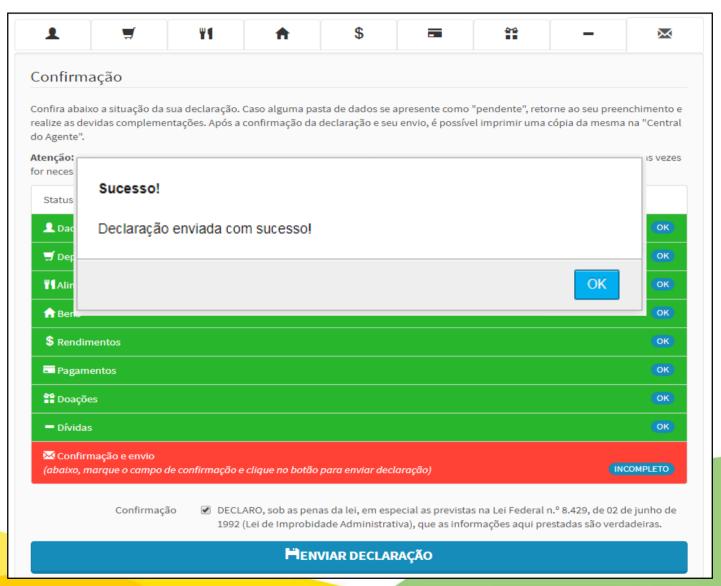


Declaração de Bens



Declaração de Bens





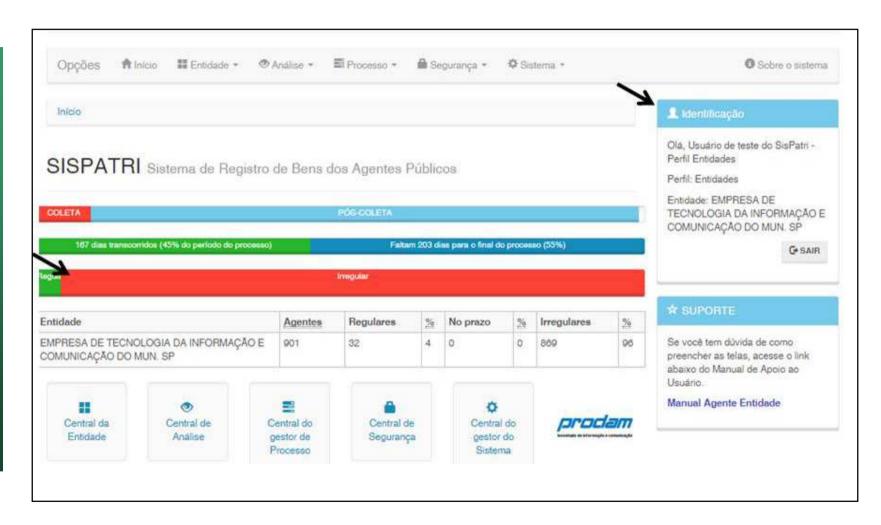
Módulo Agente de RH e CGE (Intranet)





Visão da página inicial dos Agentes de RH







SISPATRI SISTEMA DE REGISTRO DE BENS DOS AGENTES PÚBLICOS

A proposta para o exercício de 2023 é que a implementação da ferramenta SISPATRI seja iniciada com a aplicação do projeto piloto na CGE, expandindo-se, em seguida, para outros órgãos do Estado do Ceará.



Obrigado!

EQUIPE COSCO:
ANTONIO PAULO
CARLOS LOPES
GEORGE DANTAS
KARLA MOREIRA
LARA OSORIO
NAZARE PINHO

